



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GAB. DES. ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0076547-84.2012.815.2001.

ORIGEM: 15ª Vara Cível da Comarca desta Capital.

RELATOR: Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.

APELANTE: Maria da Guia Alcântara de Araújo.

ADVOGADO: Suely Maria Sobreira de Lucena (OAB/PB 252-A).

APELADO: Dibens Leasing S/A – Arrendamento Mercantil.

ADVOGADO: Nelson Paschoalotto (OAB/SP 108911).

EMENTA: AÇÃO REVISIONAL C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DO USO DA TABELA PRICE COMO SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO DO DÉBITO E DE ABUSIVIDADE DA COBRANÇA DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E DE JUROS REMUNERATÓRIOS SOBRE O IOF. IMPROCEDÊNCIA. **APELAÇÃO.** FALTA DE ANÁLISE DOS PEDIDOS RELATIVOS À COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E AOS JUROS INCIDENTES SOBRE O IOF. JULGAMENTO *CITRA PETITA*. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO DO MÉRITO NA INSTÂNCIA RECURSAL. CAUSA MADURA. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.013, §3º, III, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL DE COBRANÇA DO IOF. DESNECESSIDADE DE REVISÃO CONTRATUAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO COM OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS. RESTITUIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO. AUSÊNCIA DE PROVA DA MÁ-FÉ. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PREVISÃO EXPRESSA. POSSIBILIDADE. MÉTODO PRICE. COBRANÇA DE PARCELAS IGUAIS E SUCESSIVAS. LEGALIDADE. **PROVIMENTO PARCIAL.**

1. Considera-se *citra petita* a sentença que deixou de decidir a integralidade dos pleitos enumerados na Inicial.
2. Se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o Tribunal deve decidir desde logo o mérito quando constatar a omissão no exame de um dos pedidos.
3. Não é necessária a revisão referente ao Imposto sobre Operações Financeiras quando no contrato celebrado entre as partes não há dispositivo que estabeleça a sua cobrança.
4. “Segundo o entendimento pacificado na 2ª Seção (AgRg no REsp n. 706.368/RS, Rel. Min. Nancy Andrichi, unânime, DJU de 08.08.2005, p. 179), a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios.” (EDcl no REsp 764.470/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2011, DJe 16/11/2011)
5. “Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é possível tanto a compensação de créditos quanto a devolução da quantia paga indevidamente, independentemente de comprovação de erro no pagamento, em obediência ao

princípio que veda o enriquecimento ilícito. Inteligência da Súmula 322/STJ. Todavia, para se determinar a repetição do indébito em dobro deve estar comprovada a má-fé, o abuso ou leviandade, como determinam os arts. 940 do Código Civil e 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, o que não ficou comprovado na presente hipótese.” (AgRg no REsp 1498617/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 29/08/2016)

6. “O acórdão regional encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte quando admite a capitalização mensal de juros em contrato de arrendamento mercantil firmado após a edição da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001, qual seja 31/3/2000, desde que expressamente pactuada.” (AgRg no AREsp 435.036/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 17/02/2014)

7. É lícita a utilização do Método Price de amortização do débito, por meio da qual as prestações mensais remanescem iguais e constantes ao longo de toda a contratação.

VISTO, relatado e discutido o presente procedimento referente à **APELAÇÃO CÍVEL N.º 0076547-84.2012.815.2001**, em que figuram como partes Maria da Guia Alcântara de Araújo e Dibens Leasing S/A – Arrendamento Mercantil.

ACORDAM os eminentes Desembargadores integrantes da Colenda Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, à unanimidade, acompanhando o Relator, **em conhecer da Apelação e dar-lhe provimento**.

VOTO.

Maria da Guia Alcântara de Araújo interpôs **Apelação** contra a Sentença prolatada pelo Juízo da 15ª Vara Cível da Comarca desta Capital, f. 160/161v, nos autos da Ação Revisional de Contrato c/c Repetição de Indébito por ela ajuizada em desfavor da **Dibens Leasing S/A – Arrendamento Mercantil**, que julgou improcedentes os pedidos de nulidade das cláusulas do *Leasing* firmado entre as partes que preveem a capitalização mensal de juros e a utilização da Tabela Price para como sistema de amortização do débito, condenando-a ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, arbitrados em R\$ 1.000,00 (mil reais), com a aplicação da condição suspensiva da exigibilidade, por ser beneficiária da gratuidade da justiça.

Em suas razões, f. 163/180, alegou que são ilícitos os dispositivos contratuais que prescrevem a capitalização de juros, o emprego da “Tabela Price” e a cumulação da comissão de permanência com os demais encargos moratórios no caso de inadimplência.

Requeru, ao final, o provimento do Recurso para que os pedidos sejam julgados procedentes.

Intimada, a Apelada apresentou Contrarrazões, f. 184/193, pugnando pela manutenção da Sentença, ao argumento de que a Apelante teve conhecimento prévio

da disposição contratual estabelecia a capitalização mensal de juros.

A Procuradoria de Justiça emitiu parecer meritório, f. 200/204, opinando pelo provimento do Apelo, por entender que é abusiva a cobrança da capitalização mensal de juros.

Com fulcro no Art. 933, do CPC de 2015, restou determinada a intimação das partes, f. 206, com o fim de se manifestarem sobre o suposto julgamento *citra petita*, o que não foi atendido, conforme dispõe a Certidão de f. 208.

É o Relatório.

Presentes os requisitos de admissibilidade, **conheço da Apelação.**

A Autora, ora Apelante, ajuizou a presente Ação requerendo a revisão das cláusulas do contrato de Arrendamento Mercantil firmado com o Réu, f. 30/36, que estabelecem a capitalização mensal de juros, a aplicação da Tabela Price para a amortização do débito, a incidência de juros sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a cobrança cumulada de multa moratória com a comissão de permanência.

O Juízo, todavia, limitou-se a examinar na Sentença a capitalização mensal de juros e o uso da Tabela Price, não atingindo, desta forma, a totalidade da prestação jurisdicional almejada, configurando, segundo a jurisprudência dos Órgãos Fracionários deste Tribunal, o julgamento *citra petita*¹.

Considerando que o contrato juntado ao feito possibilita a análise dos pedidos omitidos na Sentença, com fulcro no art. 1.013, §3º, III, do CPC de 2015², procederei ao seu imediato julgamento.

O Arrendamento Mercantil celebrado entre as partes não prevê a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), motivo pelo qual não é passível de revisão a suposta a incidência de juros remuneratórios sobre o referido tributo.

Com relação à comissão de permanência, o Superior Tribunal de Justiça

¹ PROCESSUAL CIVIL - Remessa Oficial e Apelação Cível - Reclamação Trabalhista c/c pedido de reintegração de posse - Procedência em parte da pretensão deduzida na exordial - Omissão quanto à apreciação de alguns pedidos - Sentença "citra petita" - Nulidade da decisão "ex officio" - Decretação - Apreciação meritória em Segunda Instância - Possibilidade Intelecção do art.1013, § 3º, do CPC - Teoria causa madura. A sentença que se omite na apreciação de determinado pedido incorre em vício "citra petita", cuja consequência é a declaração de nulidade do decisório e dos atos processuais dele dependentes. O art. 1013 do CPC/2015 autoriza que o Tribunal julgue de logo a lide, desde que a causa verse exclusivamente sobre matéria de direito e esteja em condições para o imediato julgamento. É o que a doutrina costuma chamar de "Teoria da Causa Madura". [...]. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00004085720118150601, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS, j. em 06-09-2016)

² Art. 1.013. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

[...].

§ 3o Se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito quando:

[...];

III - constatar a omissão no exame de um dos pedidos, hipótese em que poderá julgá-lo;

possui entendimento no sentido de que ela não deve ser cobrada em cumulação com outros encargos moratórios³, pelo que a sua cobrança cumulada com juros moratórios e multa, prevista na Cláusula Oitava da avença, f. 35, deve ser nulificada, cabendo a restituição do que foi pago a esse título de forma simples, haja vista não restar caracterizada a má-fé da Instituição Financeira⁴.

O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que, nos contratos de arrendamento mercantil celebrados posteriormente à entrada em vigor da MP n. 1.963-17/2000, reeditada sob o n.º 2.170-36/2001, é lícita a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada⁵.

³ EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. REVISÃO. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA N. 284-STF. VRG. COBRANÇA ADIANTADA. DESCARACTERIZAÇÃO. SÚMULA N. 293-STJ. LIMITAÇÃO DE JUROS. INEXISTÊNCIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INACUMULABILIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROVA DO ERRO. DESNECESSIDADE. PARCIAL PROVIMENTO. [...]. 4. Segundo o entendimento pacificado na 2ª Seção (AgRg no REsp n. 706.368/RS, Rel. Min. Nancy Andrichi, unânime, DJU de 08.08.2005, p. 179), a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios. [...]. (EDcl no REsp 764.470/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2011, DJe 16/11/2011)

⁴ AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. ADMISSIBILIDADE. SÚMULA 322/STJ. PROVA DO ERRO. PRESCINDIBILIDADE. REPETIÇÃO EM DOBRO. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. REPETIÇÃO DE FORMA SIMPLES. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é possível tanto a compensação de créditos quanto a devolução da quantia paga indevidamente, independentemente de comprovação de erro no pagamento, em obediência ao princípio que veda o enriquecimento ilícito. Inteligência da Súmula 322/STJ. Todavia, para se determinar a repetição do indébito em dobro deve estar comprovada a má-fé, o abuso ou leviandade, como determinam os arts. 940 do Código Civil e 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, o que não ficou comprovado na presente hipótese. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1498617/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 29/08/2016)

⁵ RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE LEASING. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO CONTRATUAL. LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. EXAME DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. 1.- Não se admite, em sede de Recurso Especial, o reexame de matéria fática ou a interpretação de cláusulas contratuais. 2.- A capitalização dos juros é admissível quando pactuada e desde que haja legislação específica que a autorize. Assim, permite-se sua cobrança na periodicidade mensal nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial (Decreto-Lei n. 167/67 e Decreto-Lei n. 413/69), bem como nas demais operações realizadas pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que celebradas a partir da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17 (31.3.00). [...]. (AgRg no REsp 1451123/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 01/09/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. SÚMULA 126 DO STJ. PACTUAÇÃO EXPRESSA. NECESSIDADE. 1. Tendo o colendo Tribunal de origem enfrentado a controvérsia com base em fundamentos de natureza constitucional e infraconstitucional, é necessária a interposição de recurso extraordinário para impugnar o fundamento constitucional, suficiente, por si só, para manter o aresto local. Incidência da Súmula 126 do STJ. Precedentes. 2. O acórdão regional encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte quando admite a capitalização mensal de juros em contrato de arrendamento mercantil firmado após a edição da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001, qual seja 31/3/2000, desde que expressamente pactuada. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 435.036/MS, Rel.

A cláusula 3.3, do instrumento contratual em análise, f. 33, firmado em 20 de fevereiro de 2008, posteriormente à entrada em vigor da MP n. 1.963-17/2000, reeditada sob o n.º 2.170-36/2001, estabeleceu expressamente a capitalização mensal de juros, à taxa efetiva mensal de 1,4213%, para a composição das contraprestações relativas ao uso do bem arrendado e das parcelas do Valor Residual Garantido – VRG, sendo lícita, portanto, a sua cobrança.

A Tabela Price, enquanto método de amortização do débito, é utilizada com o objetivo de garantir que as parcelas remanesçam constantes ao longo de toda a contratação, cabendo a sua aplicação acaso seja objeto de pactuação⁶.

No caso, restou convencionado no negócio jurídico o pagamento de parcelas iguais e sucessivas, o que impõe a conclusão de que a Apelante possuía ciência plena da aplicação do Método Price, por se tratar de valores invariáveis desde o início, não havendo ilegalidade que justifique a sua nulidade.

Posto isso, conhecida a Apelação, dou-lhe provimento parcial para, reconhecendo o julgamento *citra petita*, com fulcro no art. 1.013, §3º, III, do CPC/2015, julgar parcialmente procedentes os pedidos omitidos na Sentença, declarando nula a cláusula contratual que estabelece a cumulação da comissão de permanência com os demais encargos de inadimplência, condenando o Apelado a restituir de forma simples quaisquer cobranças dela advindas, acrescidas de correção monetária pelo IPCA-E, a partir do evento danoso, e juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, e condenando as partes, em razão da sucumbência recíproca, a pagarem as custas processuais e os honorários advocatícios arbitrados no *Decisum*, na proporção de 25% para a

Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 17/02/2014)

⁶ PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - PROCEDÊNCIA PARCIAL - IRRESIGNAÇÃO DA PARTE DEMANDADA - CAPITALIZAÇÃO - taxa anual de JUROS superior ao duodécuplo da mensal - pactuação expressa - cobrança LEGAL - UTILIZAÇÃO DA TABELA PRICE PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉBITO EM PARCELAS SUCESSIVAS IGUAIS - DECISÃO "ULTRA PETITA" - NULIDADE PARCIAL - DECOTAÇÃO DO EXCESSO - APLICAÇÃO DO ART. 932, V, "B", DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PROVIMENTO DO APELO. - Em ressonância ao atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, adotado no julgamento do REsp 973827/RS, sob o rito dos recursos repetitivos, a capitalização mensal de juros não é mais, a priori, prática ilegal, sendo permitida caso o contrato revisando tenha sido firmado após 31 de março de 2000, data da publicação da Medida Provisória 1.963-17/2000, em vigor como Medida Provisória 2.170-36/01, e ainda haja no contrato previsão expressa de taxa de juros anual superior a 12 vezes a taxa de juros mensal. No caso dos autos, expressa no contrato a incidência e a periodicidade da capitalização dos juros remuneratórios, não há irregularidade na sua incidência, sendo admitida a utilização da tabela price, como forma de amortização de débito em parcelas sucessivas iguais. [...]. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00868011920128152001, - Não possui -, Relator DES. JOSE AURELIO DA CRUZ, j. em 21-03-2016)

AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL - CONTRATO DE FINANCIAMENTO - PROCEDÊNCIA EM PARTE DO PEDIDO - IRRESIGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA TABELA PRICE - AUSÊNCIA DE VALORES A RESTITUIR - REFORMA DA SENTENÇA - INTELIGÊNCIA DO ART. 557, § 1º-A, DO CPC - PROVIMENTO DO RECURSO. - No caso dos autos, expressa no contrato a incidência e a periodicidade da capitalização dos juros remuneratórios, não há irregularidade na sua ocorrência, sendo admitida a utilização da tabela price, como forma de amortização de débito em parcelas sucessivas iguais. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00273027020138152001, - Não possui -, Relator DES SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES, j. em 26-02-2016)

Instituição Ré e 75% para a Promovente, mantida, em favor desta, a condição suspensiva da exigibilidade.

É o voto.

Presidiu o julgamento realizado na Sessão Ordinária desta Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, no dia 11 de abril de 2017, conforme Certidão de julgamento, com voto, o Excelentíssimo Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, participando do julgamento, além deste Relator, o Excelentíssimo Desembargador João Alves da Silva. Presente à sessão a Excelentíssima Dra. Jacilene Nicolau Faustino Gomes, Procuradora de Justiça.

Gabinete no TJ/PB em João Pessoa,

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
Relator